

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 098, DE 2011

Acresce o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para realizar revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

**Art. 98.** Será realizada em 2015 uma revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva, composta por constituintes revisores, a serem eleitos em 2014, em cada Estado e no Distrito Federal, pelo regime proporcional e por intermédio de listas partidárias.

§ 1º A Câmara Revisional pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá alterar dispositivos constitucionais, respeitando o disposto no art. 60, § 4º da Constituição Federal;

§ 2º O número de Constituintes Revisores será fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral, proporcionalmente à população de cada Estado e do Distrito Federal, não podendo nenhuma unidade da federação ter menos de quatro ou mais de trinta e cinco representantes;

§ 3º Os candidatos à Câmara Revisional não poderão disputar quaisquer outros cargos eletivos nas eleições de 2014;

§ 4º Os senadores com mandatos até janeiro de 2019, que vierem a se eleger Constituintes Revisionais, deverão até a data da posse fazer a respectiva opção.

§ 5º A Câmara Revisional se reunirá na Capital Federal a partir de 1º de fevereiro de 2015, devendo concluir seus trabalhos até 31 de dezembro de 2016.

§ 6º A Câmara Revisional na sua instalação será presidida pelo Constituinte revisor mais velho, que deverá dar posse, mediante juramento, aos demais eleitos e convocar sessão para no dia seguinte proceder à eleição de sua mesa;

§ 7º A mesa diretora da Câmara Revisional será dirigida por um presidente e composta, ainda, por dois vice-presidentes, um secretário-

geral e mais três secretários;

§8º A mesa diretora terá um prazo máximo de quinze dias para apresentar ao Plenário um projeto de Regimento Interno, que deverá ser apreciado e votado nos quinze dias subseqüentes.

§9º A remuneração dos Constituintes Revisores, a ser fixada no Regimento Interno, deverá constar unicamente de um jetom por comparecimento de sessão e uma ajuda de custo para cobrir despesas com passagens, hospedagens e alimentação;

§10. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados cederão servidores para o funcionamento da Câmara Revisora que não terá quadro próprio, nem funcionários comissionados.

§11. O prazo mínimo para filiação partidária dos candidatos à Câmara Revisional será de cento e oitenta dias antes da data fixada pelo Tribunal Superior Eleitoral para a eleição.

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a atual Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu ao final do documento a data de 5 de outubro de 1988, indicando o dia do termino da construção da atual Constituição Federal. Entretanto, analisando o número de emendas que foram aprovadas pelo Parlamento até o momento, resta claro que a Constituição Federal permanece em constante processo de revisão. Até o momento foram 67 Emendas Constitucionais e seis Emendas Constitucionais de Revisão, o que soma 73 emendas aprovadas desde 1988. Considerando que a primeira emenda data de 1992, temos a média de 4,05 emendas constitucionais por ano. Esse permanente processo de revisão da norma fundamental demonstra que o texto constitucional vigente não possui a consistência que deve caracterizar uma norma fundamental. Além dessa constatação, cabe observar que a maioria dessas modificações constitucionais tem origem no desejo do Poder Executivo de compatibilizar a Constituição Federal ao seu projeto de governo, o que não é salutar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, visto que, na maioria das vezes, para viabilizar a reforma pretendida, lança mão do poder de persuasão que dispõe. Ideal seria a compatibilização dos projetos de governo aos comandos constitucionais. Contudo, para isso, seria necessário um texto constitucional conciso e garantidor. Cabe ainda ressaltar que esse processo sucessivo e casuístico de emendas faz com que o povo brasileiro conviva com uma situação permanente de insegurança jurídica constitucional. Desde 1988, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente 757 Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADI, julgou procedentes em parte 203 ADI e 1.116 ADI aguardam julgamento na Suprema Corte. Além disso, centenas de Propostas de Emenda à Constituição tramitam no Congresso Nacional, propondo modificações nos mais variados temas.

De fato vivemos num processo constante e caótico de mudanças constitucionais, feitas ao acaso, de forma assistemática e ao sabor das circunstâncias políticas.

Com o objetivo de construir um texto constitucional que seja garantidor dos princípios gerais basilares, que não contenha o equívoco de pretender constitucionalizar a vida das pessoas, regulando minúcias das atividades econômica, social e política, e que possa servir o povo brasileiro ao longo do século XXI, sem a necessidade de modificação trimestral como acontece hoje, é que se propõe a presente proposta de Emenda à Constituição.

A proposta consiste na eleição de uma Câmara Revisional exclusiva para, no período de dois anos, promover a reforma da atual Constituição Federal, exceto os dispositivos considerados cláusulas pétreas, nos termos do § 4º do artigo 60, que não serão objeto de modificação pela Câmara Revisional. Dispõe o mencionado dispositivo:

*Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:*

*§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:*

*I - a forma federativa de Estado;*

*II - o voto direto, secreto, universal e periódico;*

*III - a separação dos Poderes;*

*IV - os direitos e garantias individuais.*

A eleição de uma Câmara Revisional exclusiva e seu funcionamento em momento em que o povo brasileiro vive singular período de liberdade e desenvolvimento em sua história, onde os ressentimentos cultivados ao longo da temporada de repressão política já foram amainados e as utopias ideológicas desmitificadas, representará uma oportunidade inédita para os brasileiros.

## **Pacto Federativo**

A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal são os entes que integram o pacto federativo nacional. A forma como ocorre a distribuição de competências para legislar e tributar no âmbito do pacto federativo é o que delimita a relação de força entre os entes federados.

Na atual Constituição a distribuição da competência legislativa concorrente entre os Entes Federados provoca dúvidas profundas, especialmente no que diz respeito ao alcance do que se entende por regra geral da União. Sobre a competência para tributar é sabido de todos que a carga tributária embora muito elevada, não impede que estados e municípios tenham graves deficiências de recursos. A União, apesar de absorver mais de um trilhão de reais de impostos este ano, sente-se sem meios de atender adequadamente as necessidades básicas de saúde, educação, segurança da população e outras.

Sabe-se que é muito difícil para o Congresso Nacional, para não dizer impossível, exercer a função de revisor da Constituição concomitantemente à realização do bom desempenho de suas funções.

## **Fortalecimento das instituições**

As mudanças de toda ordem que ocorreram no Brasil e em todo o mundo entre 1988 e hoje são grandes demais. Parece que todo um século se passou nessas pouco mais de duas décadas. No âmbito internacional o Brasil está se tornando um país de economia pujante e estável com potencial de crescimento reconhecido pelo mundo. O Brasil precisa aproveitar a oportunidade para demonstrar ao mundo que possuiu, no âmbito doméstico, além de uma democracia consolidada, instituições de estado que funcionam de maneira eficiente.

Uma Câmara Revisional exclusiva efetivamente terá a liberdade política e o respaldo técnico para modernizar a estrutura das instituições do estado e oferecer à sociedade brasileira um arcabouço constitucional moderno e garantidor, bem como a excelência em seus serviços públicos.

## **Reforma tributária**

Vivemos no Brasil um autêntico paradoxo. De um lado temos uma das maiores cargas fiscais do mundo - maior do que a dos Estados Unidos, a da China e a de todos os demais países em desenvolvimento.

Nossos governos extraem anualmente quase 40% de toda a renda nacional. Em outras palavras: de cada R\$ 100 em riqueza gerados pelo país, quase R\$ 40 vão para os cofres dos três níveis de governo, em especial da União Federal.

Sem nenhuma dúvida, nossos órgãos de arrecadação têm um padrão mundial de excelência. Infelizmente, essa mesma qualidade não se estende ao restante das instituições governamentais que lidam com os problemas da população.

Por mais de uma década o povo brasileiro ouve promessas de realização de reformas tributárias profundas que não transpuseram o fosso existente entre as palavras do discurso e a realização prática.

De fato, sabe-se que uma reforma tributária inteligente não é passível de realização sem a respectiva revisão do pacto federativo. É necessário distribuir de maneira mais justa as competências para legislar e tributar entre os Entes Federados. Os Estados brasileiros são hoje absolutamente diferentes do que eram em 1988.

Todos os sucessivos governos, desde 1988, queixam-se de nossa Constituição. As idéias dominantes sobre o funcionamento do Estado, da economia e da sociedade no Brasil de 1988 já não existem mais. O mundo todo mudou. Nada está mais no lugar. O Brasil será certamente um grande protagonista do novo mundo que está em formação, mas para isso precisamos de um Estado muito diferente do que foi cristalizado pelas idéias da Constituição brasileira.

Nossa convicção e a dos integrantes do Partido social Democrático – PSD é absolutamente clara: a revisão constitucional, nos termos aqui propostos, poderá dotar o país de um texto constitucional que lhe permita desenvolver na plenitude suas potencialidades, consolidando sua presença no cenário mundial.

Para os que tinham curiosidade sobre as motivações e objetivos do PSD, eis a nossa singela demonstração inaugural. Uma boa razão para explicar e justificar o surgimento do PSD. Contamos com o apoio dos colegas parlamentares para tornar possível a convocação da Câmara Revisional exclusiva de 2014.

Sala das Sessões,

SENADORES	
Assinatura	Nome do Parlamentar

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº            , DE 2011**

Acréscio o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para realizar revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva e dá outras providências.

[illegible]

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº                   , DE 2011**

Acréscio o art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para realizar revisão constitucional por meio de uma Câmara Revisional exclusiva e dá outras providências.

[illegible]